



NEOENERGIA BRASÍLIA

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.
CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	414	151	174%
EBITDA	176	(154)	(214%)
Resultado Financeiro	(1)	32	(103%)
Lucro Líquido	81	246	(67%)

INDICADORES OPERACIONAIS			
Energia Injetada (GWh)	7.705	7.471	3,1%
Energia Distribuída (GWh)	6.705	6.412	4,6%
Número de Clientes (mil)	1.143	1.092	
DEC anualizado (horas)	8,91	8,45	
FEC anualizado (interrupções)	7,06	6,20	
Perdas Totais 12 meses (%)	12,73%	14,12%	



Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2021	2020	Varição
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,16	0,33	2,83
EBITDA/Resultado Financeiro ⁴	176,00	4,81	171,19

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia distribuída de 6.705 GWh em 2021 (+4,6% vs. 2020), confirmando a retomada do mercado;
- EBITDA de R\$ 176 milhões em 2021 (+R\$ 330 milhões vs. 2020);
- Despesas operacionais controladas. Desconsiderando o PDV de R\$ 39 milhões em 2021, haveria uma redução de 2,4% vs. 2020, confirmando o *turnaround* que vem sendo realizado;
- Lucro Líquido de R\$ 81 milhões em 2021 (-R\$ 165 milhões vs. 2020);
- R\$ 199 milhões Capex em 2021;
- Perdas Totais (12 meses) em 2021 de 12,73%, com seguidas reduções desde o início da gestão da Neoenergia.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Orientados por uma estratégia sustentável de investimentos em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, a Neoenergia entrega, em 2021, o EBITDA de R\$ 9,9 bilhões (+52%) e um Lucro Líquido de R\$ 3,9 bilhões (+40%). As grandes alavancas destes resultados são a recuperação de mercado, mesmo diante das incertezas quanto a evolução da pandemia mundial, e pelo impacto da inflação nas tarifas reguladas, os resultados refletem também a disciplina de custos e constante busca por eficiência. Verificamos um aumento de apenas 3% nas despesas operacionais¹ no ano, absorvendo grande parte dos efeitos da aceleração da inflação, além do aumento do portfólio de ativos em operação e da retomada da normalidade das atividades operacionais.

Com um investimento de R\$ 9,4 bilhões, sustentado por um robusto plano de captações e fontes de financiamento globais, expandimos e reforçamos nossas redes de distribuição, além de garantir o avanço dos projetos de geração de energia renovável e de transmissão. Concluímos o parque eólico de Chafariz com 471MW, 92% já em operação comercial em 2021. Entregamos ao longo do ano os projetos de transmissão de Dourados, Santa Luzia e Jalapão, este último com operação comercial completa em 2022, todos com savings de capex e antecipação de mais de um ano em relação ao edital do leilão. Ampliamos nosso portfólio de transmissão, com a aquisição de um novo lote, desta vez em Minas Gerais e seguimos com o desenvolvimento de nossa carteira de projetos de renováveis eólicos e fotovoltaicos.

Incorporamos a Neoenergia Brasília em março e concluímos o processo de integração ainda em 2021. Com um investimento de R\$190 MM no Distrito Federal, iniciamos o *turnaround* da companhia, onde já alcançamos importantes resultados como a redução das perdas e aumento da arrecadação, além de importantes eficiências na operação.

Apresentamos um crescimento de mais de 6% no mercado de distribuição, alavancado pelo desempenho das classes comercial e industrial, e melhoramos a qualidade de serviço em todas as nossas distribuidoras. Com um plano estruturado de recuperação de energia reduzimos as perdas de energia em todas as nossas áreas de concessão, em especial na Neoenergia Pernambuco, que tem apresentado uma contínua trajetória decrescente. Outro destaque é o desempenho de Neoenergia Termopernambuco que, durante a crise hídrica brasileira, foi despachada em sua capacidade máxima, contribuindo positivamente para os resultados de 2021 e reforçando sua importância na operação do sistema do Nordeste brasileiro. A maior geração termelétrica e a maior oferta de ventos, em períodos de poucas chuvas, mitigaram os efeitos de redução da geração hidrelétrica, reforçando a resiliência de nosso portfólio diversificado e integrado, e seu hedge natural.

O mercado brasileiro segue com avanços no ambiente regulatório como a redução de subsídios, o marco legal de geração distribuída, a regulamentação das usinas híbridas e, já em 2022 as definições sobre a cessão de áreas para geração eólica off shore. Neste contexto, temos investido na capacitação de equipes, desenvolvimento de expertise e parcerias estratégicas, além da integração da operação, com foco na otimização de projetos e a construção de soluções de tecnologia e engenharia. Em 2021 fechamos novas parcerias para o desenvolvimento de Hidrogênio Verde no Brasil. Em um movimento estratégico diante da iminente liberalização de mercado, unificamos nossa marca Neoenergia, reforçando o compromisso de toda Neoenergia com o fornecimento de energia limpa, acessível e de qualidade e fortalecendo o modelo de negócios, fundamentado na gestão, eficiência, inovação e sustentabilidade. Ativamos o relacionamento com os clientes, ampliando a oferta de produtos e serviços, além de disponibilizarmos novos canais de atendimento e pagamento.

Acreditamos que as empresas podem, e devem, assumir um papel relevante no desenvolvimento nas regiões onde atuam. Para além de nosso papel de geração e fornecimento de energia, buscamos contribuir com a economia de nossas áreas de atuação. Temos um programa de desenvolvimento de fornecedores locais e sustentáveis, que já representam mais de 60% de todas as contratações, e Nossa Escola de Eletricistas, projeto reconhecido pela ONU que muito nos orgulha, objetiva capacitar e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a formação de 1,7 mil pessoas e a geração de emprego de qualidade com aproveitamento de 95% dos formados em nosso projeto de internalização. Para ampliar a diversidade e aumentar a relevância feminina em toda a sociedade e como impulso ao esporte, fechamos um contrato pioneiro de patrocínio a atletas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e ao Campeonato Feminino Brasileiro que leva o nome da Neoenergia, além disso promovemos a participação de mulheres nas Escolas de Eletricistas, e, internamente, temos ampliado a expressão feminina na liderança da Neoenergia. Direcionado pelo nosso compromisso de desenvolvimento social, cultural e institucional, o Instituto Neoenergia investiu mais de R\$ 9 MM entre recursos próprios e incentivados. A atuação do Instituto, integrada ao modelo de negócios do grupo tem nos permitido importantes parcerias, como com BNDES para participação como fundador do Projeto Resgatando História.

Nossa estratégia e práticas sustentáveis nos destacam e nos fazem figurar entre importantes índices de sustentabilidade e governança, como FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Londres, o Sustainability Yearbook da S&P e o ISE Bovespa, além do reconhecimento com selo Prática pelo 4º ano consecutivo, expandindo também a certificação para nossas distribuidoras².

Para concluir gostaria de agradecer a todos os colaboradores de Neoenergia pela entrega e compromisso com os resultados e criação de valor para os nossos Acionistas. O ano 2022 nos apresenta novos desafios, mas contamos com os recursos e pessoas qualificadas para continuar as nossas entregas.

¹ Desconsiderando os efeitos da Neoenergia Brasília e os efeitos das arbitragens de 2020.
² A exceção de Neoenergia Brasília.

Mário José Ruiz-Tagle Larraín
Diretor - Presidente da Neoenergia

1. A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. – NEOENERGIA BRASÍLIA

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra o Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração. Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi à 10,25% no final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
Em outubro de 2021, a Aneel aprovou a 5ª RTP da Neoenergia Brasília, com efeito médio para o consumidor de +11,10%, com vigor a partir de 22 de outubro.

A reversão do saldo remanescente da Conta-Covid, o uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, diferimento da conta de energia de Itaipu bem como o financeiro relativo à Bandeira Escassez Hídrica, contribuíram para redução do efeito médio ao consumidor. A Parcela B, já líquida de outras receitas, atingiu R\$ 553,1 milhão (+0,37% considerando o mercado dos últimos 12 meses, já descontando receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos). O reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor aprovado foi de R\$ 1.144 milhões, a valores de setembro de 2021, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual de 11,71% sobre a energia injetada.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis
Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings/modelos. Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da Consulta Pública considerava-se apenas 5 variáveis.

Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida; a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos; o tratamento para empresas com meta superior ao ponto de partida; a redução do nível de perdas estruturais (limite mínimo); a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.

Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade sócio econômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras
Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

3.4. Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21
A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários de tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado

Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram ser realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que de imediato, os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporção do consumo de energia.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
A Companhia encerrou 2021 com 1.143 mil consumidores, 51 mil novos consumidores em relação a 2020 (+4,7%).

Número de Consumidores (milhares)	2021		2020		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Residencial	1.006	959	88,0%	87,8%	47	4,9%
Industrial	1	1	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	118	115	10,3%	10,5%	3	2,6%
Rural	11	11	1,0%	1,0%	-	-
Outros	7	7	0,6%	0,6%	-	-
Total	1.143	1.092	100%	100%	51	4,7%

4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	2021		2020		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Residencial	2.458	2.383	45,7%	45,0%	75	3,1%
Industrial	63	64	1,2%	1,2%	(1)	(1,6%)
Comercial	1.494	1.481	27,8%	28,0%	13	0,9%
Rural	152	132	2,8%	2,2%	20	15,2%
Outros	1.216	1.230	22,6%	23,3%	(14)	(1,1%)
Total Energia Distribuída (Cativa)	5.383	5.290	80%	83%	93	1,8%
Mercado Livre	1.322	1.122	19,7%	17,5%	200	17,8%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	6.705	6.412	100%	100,0%	293	4,6%

A energia distribuída (cativo + livre) foi de 6.705 GWh em 2021, +4,6% vs. 2020, influenciada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+4,7%) e pela retomada do mercado na área de concessão.

O consumo residencial registrou em 2021 um incremento de 3,1% vs. 2020, influenciado, majoritariamente, pelo aumento na base de clientes. O segmento cativo da classe industrial ficou em linha com o ano anterior, porém, quando analisado juntamente com o mercado livre, o resultado é de um crescimento de 16,8% vs. 2020, explicado pelo retorno da atividade econômica, haja vista o maior consumo dos setores de construção civil e alimentos e bebidas.

A classe comercial cativa apresentou aumento de 0,9% em 2021, explicada por um cenário mais favorável da economia.

Na classe rural, observou-se crescimento de 15,2% em relação a 2020, explicado pelo melhor desempenho do agronegócio e maior demanda de irrigação.

As outras classes estão em linha com 2020.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 7.705 GWh em 2021, +3,1% vs. 2020, reflexo da retomada do crescimento na área de concessão.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	2021		2020		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Mercado Cativo	5.383	5.290	93	1,8%		
Mercado Livre + Suprimento	1.322	1.122	200	17,8%		
Energia Distribuída (A)	6.705	6.412	293	4,6%		
Energia Perdida (B)	941	1.061	(120)	(11,3%)		
Não Faturado (C)	59	(2)	61	(3050%)		
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	7.705	7.471	234	3,1%		

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

NEOENERGIA BRASÍLIA	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Não Técnica				Perda Total				Perda Técnica				Aneel 21			
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21		2T21	3T21	4T21
	7,76%	7,47%	7,72%	7,63%	7,48%	6,36%	6,56%	6,14%	5,43%	5,25%	14,12%	14,03%	13,86%	13,06%	12,73%	11,63%

NEOENERGIA BRASÍLIA	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Não Técnica				Perda Total				Perda Técnica				Aneel 21			
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21		2T21	3T21	4T21
	583	564	593	592	577	472	489	473	421	404	1.055	1.053	1.066	1.013	981	881

NOTAS: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 12,73%, quarto trimestre consecutivo de redução no índice, se aproximando do patamar regulatório de 11,63%, reflexo do *turnaround* que vem sendo realizado desde o início da gestão Neoenergia, com a intensificação das ações do plano de redução de perdas.

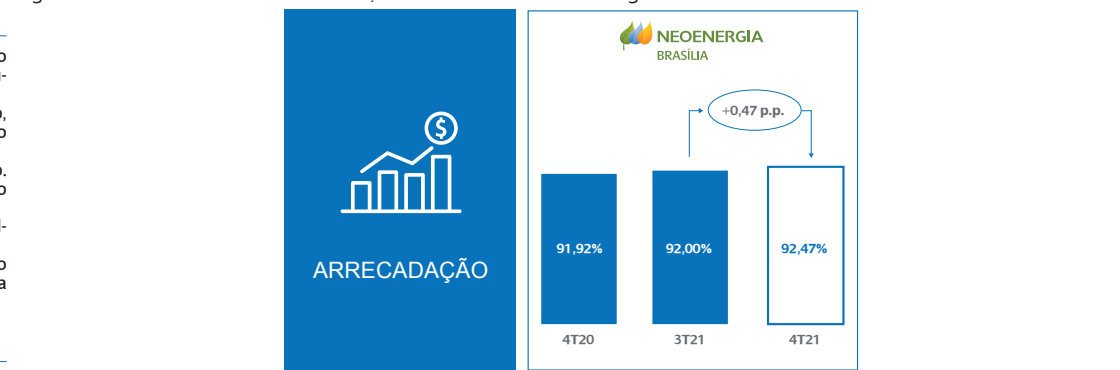
A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e em 2021 as principais ações foram:

- Realização de mais de 46 mil inspeções, com recuperação de 90 GWh de energia;
- Regularização de 23 mil ligações clandestinas;
- Atuação contínua na Iluminação Pública, totalizando uma energia recuperada de 8,44 GWh.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata o índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T21 atingiu 92,47%, acima do observado no 4T20 e 3T21, fruto da implementação da estratégia de ações de cobrança já existente no grupo Neoenergia, apesar de ainda estar fortemente impactado pelas meses anteriores à gestão Neoenergia, quando a antiga CEB-D se encontrava por força de uma ação civil pública impedida de realizar cortes em clientes residenciais. A nova gestão da Neoenergia, através de uma liminar, retomou tais ações a partir de Maio deste ano. Se considerarmos apenas os dez meses de gestão da Neoenergia, o índice de arrecadação foi de 93,38%.

PECLD/ ROB	2021	2020	Var.	Limite Regulatório
ROB	4.082	3.442	18,59%	4.082
PECLD	(36)	55	(165,39%)	17
Inadimplência	(0,89%)	1,61%	(2,50 p.p.)	0,41%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

No 4T21 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, consequentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- 2,2 milhões de cobranças através de e-mail, SMS e URA;
- Implementação da Nova Matriz de Negociações na Neoenergia Brasília, padronizada com as demais empresas do Grupo Neoenergia;
- Negativações de 218 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian

A Neoenergia Brasília encerrou 2021 com Margem Bruta de R\$ 414 milhões (+174% vs. 2020), explicado, principalmente, pela retomada da economia, pelo aumento médio de 11,1% da revisão tarifária de outubro/21, pelo reajuste tarifário de 2020 e pelo incremento da base de clientes. As despesas operacionais contabilizaram R\$ 283 milhões em 2021 (+13% vs. 2020), impactado principalmente pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV) no valor de R\$ 39 milhões. Desconsiderando este valor, haveria uma redução de 2,4% em relação ao ano passado, reflexo do turnaround que vem sendo realizado.

Em 2021, a PECLD foi positiva em R\$ 45 milhões, em razão do maior volume das atividades de cobrança em 2021 e da adequação da metodologia já praticada pelo grupo Neoenergia. Passamos a adotar um provisionamento baseado no histórico do comportamento de pagamento, por classe de cliente (aging) dos últimos 60 meses, estruturado em 4 carteiras: (i) carteira não parcelada, (ii) carteira parcelada, (iii) carteira Fraude (faturamento retroativo resultante das ações de inspeção de combate às perdas) e (iv) carteira Jurídica (dividas vencidas que passam a ser tratadas judicialmente). Anteriormente, a CEB-D tinha uma política de provisionar uma elevada parcela do saldo devedor não pago, haja vista que ficou praticamente um ano sem ações de cobrança, a adequação à metodologia da Neoenergia permitiu os atuais patamares de PECLD. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 176 milhões em 2021, ante -R\$154 milhões em 2020.

Os impostos totalizaram R\$ 37 milhões em 2021, ante uma reversão de R\$ 418 milhões em 2020, sendo referente ao reconhecimento de impostos diferidos acumulados até dezembro de 2020. Essa constituição foi feita visando adequar à metodologia já praticada pelo grupo Neoenergia, já que a antiga administração da CEB-D não fazia constituição de diferidos.

O Lucro Líquido em 2021 foi de R\$ 81 milhões (vs. R\$ 246 milhões em 2020).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	81	246	(165)	(67%)
Despesas financeiras (B)	(75)	(105)	30	(29%)
Receitas financeiras (C)	80	137	(57)	(42%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(6)	-	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	(37)	418	(455)	(109%)
Depreciação e Amortização (F)	(57)	(50)	(7)	14%
EBITDA = (A)-(B)+C+D+E+F)	176	(154)	330	(214%)

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	9	5	4	80%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(34)	(24)	(10)	42%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	24	51	(27)	(53%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	71	86	(15)	(17%)
Variações monetárias e cambiais - outros	2	-	2	-
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(9)	(4)	(5)	125%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	3	37	(34)	(92%)
Obrigações pós emprego	(13)	(15)	2	(13%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(30)	(53)	23	(43%)
Total	(1)	32	(33)	(103%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1 milhão em 2021 (vs. R\$ 32 milhões em 2020), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do CDI (representa 100% do endividamento da Companhia) e pela redução ativo financeiro setorial, ocasionada pela mudança de metodologia após a incorporação pela Neoenergia.

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2021 e 2020:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD¹	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA²	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: consideração da inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Brasília realizou Capex de R\$ 199 milhões em 2021, conforme tabela abaixo.

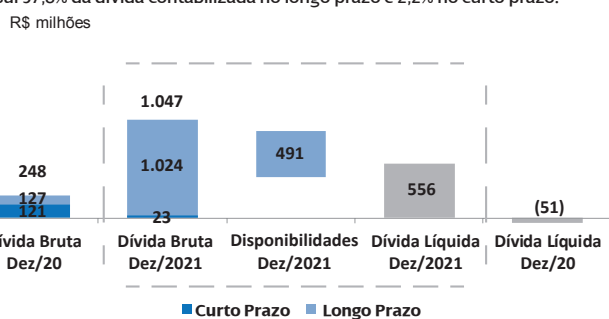
INVESTIMENTOS REALIZADOS	NEOENERGIA BRASILIA	
	4T21	2021
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)		
Expansão de Rede	(13)	(41)
Novas Ligações	(3)	(12)
Novas SE's e RD's	(11)	(30)
Renovação de Ativos	(10)	(25)
Melhoria da Rede	(20)	(39)
Perdas e Inadimplência	(8)	(12)
Outros	(59)	(91)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(28)	(96)
(=) Investimento Bruto	(139)	(304)
SUBVENÇÕES	1	8
(=) Investimento Líquido	(139)	(295)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	28	96
(=) CAPEX	(111)	(199)
BAR	(59)	(91)
BRR	(52)	(117)

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

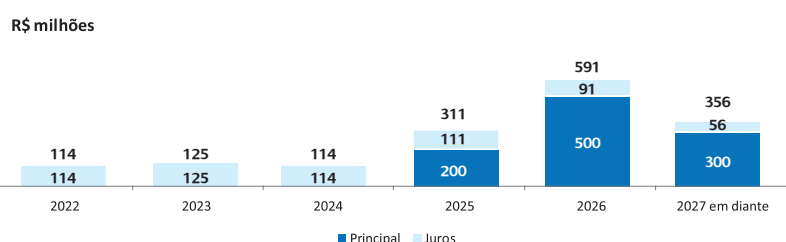
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 556 milhões (dívida bruta de R\$ 1.047 milhões), apresentando um crescimento de R\$ 607 milhões em relação a dezembro de 2020. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possuiu 97,8% da dívida contabilizada no longo prazo e 2,2% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



8. OUTROS TEMAS

8.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

NEOENERGIA BRASILIA	2021	2020	2021 x 2020	
			Dif.	Dif.
Número de Consumidores (milhares)				
Convencional	969	948	21	2,2%
Baixa Renda	37	12	25	208,3%
Total	1.006	959	47	4,9%

8.2. Práticas de Gestão

8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando necessário.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

8.2.2. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permaneça conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021 o Grupo Neoenergia investiu mais de R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricitistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricitista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricitistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contamos com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos os protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade

de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho. O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022.

9. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

9.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia, noroeste pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ASG além dos ODS e os Princípios do Pacto Global da ONU. Nessa direção, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

9.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Esse compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de inovação aberta, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano.

Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autoatendimento de Religião, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhorar dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteadada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tescys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: eles são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

9.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a assessoria – que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

9.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas. Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, correndo práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 cursos restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

9.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Brasília tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2021 contou com investimento de cerca de R\$ 11,1 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades com troca de mais de 82 mil lâmpadas por LED e 2.581 refrigeradores para consumidores residenciais baixa renda;
- Projetos Educativos em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 814 professores e 25,5 mil alunos da área de concessão da Neoenergia Brasília sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- Projetos de Eficientização de prédios públicos e assistenciais na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 8 unidades em Brasília, totalizando 789 lâmpadas substituídas, 1 ar condicionado e 5 usinas solares fotovoltaicas, totalizando 1,1 MWp instalado.

9.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2021, foram destinados R\$ 6,1 milhões para projetos de P&D. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes: destacam-se os projetos (i) "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros; (ii) projeto "Conexão Digital", que oferece canais digitais mais inteligentes para transformar a experiência do cliente; e (iii) projeto "Antenas Inteligentes", que visa desenvolver um sistema eletrônico confiável para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves de distribuição.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto "Microredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Neoenergia Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (ii) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminho elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destacam-se os projetos (i) "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas automatizada e com operação remota; e (ii) "Segurança de Barragens", que consiste no desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens.

Recuperação de Energia: destacam-se os projetos (i) "Sensor Inteligente para 69 kV" cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração de interrupções de energia (DEC), realizar o balanço energético dos alimentadores indicando as áreas com o maior nível de perdas; e (ii) GODEL Analytics, que consiste em um visualizador de big data, no qual é possível consultar resultados de perdas, e cruzá-los com informações técnicas e comerciais, enriquecendo a análise e criando inteligência para o negócio.

Qualidade e Confiabilidade: destaca-se o projeto de "Qualmetro com oscilografia contínua", que possibilita a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e contribui para o sistema de localização de defeitos de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede.

10. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. Em 2021 a Neoenergia Brasília recebeu o Prêmio Aneel de Qualidade 2020. Com base em Pesquisa IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) realizada com os clientes da Região Centro-Oeste, a distribuidora foi oficialmente reconhecida como a melhor empresa da região no setor.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/05/1999, desde março de 2021 mantém o contrato de prestação de serviços de auditoria contábil com a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES Independentes. Assim, as Demonstrações Financeiras – DFs da Companhia, relativa ao exercício de 2021, foram auditadas pela DELOITTE. A empresa de auditoria prestou os seguintes serviços em 2021, no montante de R\$ 425 mil: revisões das Demonstrações Financeiras anuais, auditoria das Demonstrações Regulatórias anuais e alguns serviços relativos a Procedimentos Previamente Acordados de uso específico da empresa, sendo todos esses serviços avaliados em relação à natureza e riscos de conflitos de interesse, e que em nossa avaliação esses serviços não trouxeram nenhum risco a independência. A Neoenergia Brasília ressalta que a DELOITTE não prestou serviços não relacionados à auditoria no exercício de 2021.

12. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2021 será publicado até 15 de março de 2022 no site da companhia (www.neoenergia.com). O desempenho da Neoenergia em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança é divulgado anualmente desde 2004 e, a partir de 2010, passou a ser informado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, o documento considera as orientações do International

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional, líquida	3	3
Custos dos serviços	(3.467)	(2.593)
Custos com energia elétrica	(3.023)	(2.351)
Custos de construção	(306)	(46)
Custos de operação	(138)	(212)
Lucro bruto	331	(16)
Recuperação (Perdas) de créditos esperadas	45	(55)
Despesas com vendas	(105)	(54)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(152)	(79)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	119	(204)
Resultado financeiro	(1)	32
Receitas financeiras	80	137
Despesas financeiras	(75)	(105)
Outros resultados financeiros, líquidos	(6)	-
Lucro antes dos tributos	118	(172)
Tributos sobre o lucro	(37)	(418)
Corrente	(11)	-
Diferido	(26)	(418)
Lucro líquido do exercício	81	246
Lucro básico e diluído por ação – R\$ Ordinária	0,10	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	81	246
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(7)	46
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	2	(15)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(5)	31
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(11)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	8	-
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	(12)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(15)	-
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(20)	31
Resultado abrangente do exercício	61	277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 04 de dezembro de 2020, a Bahia Geração de Energia S.A. ("Bahia PCH III"), sagrou-se vencedora do Leilão nº 01/2020-CEB-D, que teve como objeto a desestatização da distribuidora de energia elétrica CEB-Distribuição S.A. ("CEB-D"). Em 14 de janeiro de 2021 a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) emitiu parecer pela aprovação da aquisição das ações representativas de 100% do capital social da CEB-D pela Bahia PCH III. Em 22 de janeiro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de despacho nº 154 decidiu aprovar previamente a transferência do controle societário da CEB-D, que passou a ser controlada pela Bahia PCH III, uma subsidiária da Neoenergia S.A. Em 02 de março de 2021, tendo sido verificado o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no edital do Leilão nº 01/2020 – CEB-D ("Leilão"), a Bahia Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética de Brasília efetivaram a liquidação do Leilão, mediante a celebração do contrato de compra e venda de ações, o pagamento do preço de aquisição e a transferência das ações, de modo que a Bahia PCH III passou a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão da CEB-Distribuição S.A. ("CEB-D"). Em 07 de junho de 2021 foi realizada Assembleia Geral para alteração da razão social da CEB-D, que passou a se chamar Neoenergia Brasília. A Neoenergia Distribuição Brasília ("Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede no Distrito Federal – Brasília - Brasil, é sociedade anônima de capital fechado, e suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Distrito Federal abrangendo uma área de concessão de 5.780 km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 66/1999 - ANEEL com vencimento em 2045. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia e do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, e considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.1.1.1 **Gestão de risco de mercado: Risco da taxa de câmbio e preços de commodities:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2021, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactam principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7. 1.1.1.2 **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2c). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura de seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.1.3 **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no inadício de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de nãoimplância, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	81	246
Lucro líquido do exercício	81	246
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	62	55
Baixa de ativos não circulantes	11	22
Tributos sobre o lucro	37	(418)
Resultado financeiro, líquido	1	(32)
Valor de reposição estimado da concessão	5	(6)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(184)	103
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(57)	294
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(8)	(8)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(157)	211
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(100)	(346)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(4)	(4)
Outros ativos e passivos, líquidos	60	49
Caixa líquido proveniente das operações	(253)	166
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(8)	(24)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(4)	-
Rendimento de aplicação financeira	9	5
Tributos sobre o lucro pagos	-	(20)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(256)	127
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(304)	(49)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(3)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	1	9
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(306)	(40)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.000	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(250)	(140)
Obrigações especiais	5	3
Pagamento de principal - Arrendamentos	(3)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	752	(137)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	190	(50)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	299	349
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	489	299
Transações que não envolveram caixa:		
Redução de capital	179	-
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	2	-
Arrendamentos capitalizados	3	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	884	92
Reserva de Capital	92	(92)
Outros resultados abrangentes	(66)	(399)
Lucros/Prejuízos acumulados	(399)	511
Total	81	246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	884	92
Reserva de Capital	92	(92)
Outros resultados abrangentes	(66)	(399)
Lucros/Prejuízos acumulados	(399)	511
Total	81	246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	5.442	4.013
Vendas de energia, serviços e outros	45	(55)
Recuperação (Perdas) de créditos esperada	5.487	3.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 01 DE JANEIRO DE 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	489	299
Contas a receber de clientes e outros	10	842	539
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1,3	72	67
Outros tributos a recuperar	8.2,1	10	4
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	201	-
Outros ativos circulantes	-	83	262
Total do circulante	1.697	1.171	1.017
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	35	83
Títulos e valores mobiliários	-	2	-
Outros tributos a recuperar	8.2,1	53	5
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1,2	403	419
Depósitos judiciais	16	23	23
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12,1	161	135
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12,2	148	125
Investimentos em participação societária	-	-	274
Direito de uso	-	1	-
Intangível	13	880	727
Total do não circulante	1.706	1.517	1.422
Total do ativo	3.403	2.688	2.439
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	466	535
Empréstimos e financiamentos	15,2	19	121
Passivo de arrendamento	-	1	-
Instrumentos financeiros derivativos	15,3	4	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	58	28
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	8,2,2	228	171
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	16	5	12
Provisões	17	87	48
Outros passivos circulantes	-	-	-
Total do circulante	868	1.094	972
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	12	-
Empréstimos e financiamentos	15,2	996	127
Instrumentos financeiros derivativos	15,3	28	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8,2,2	159	290
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8,3	203	137
Provisões	16	106	94
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	79	67
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	295	105
Outros passivos não circulantes	17	2	1
Total do não circulante	1.880	821	956
Patrimônio líquido	655	773	511
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.403	2.688	2.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
--	------------	------------

		31/12/2020			
	Publi- Ref.	Reclas- sificação (a)	Reclas- sificação (a)	Reapre- sentado	
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	(l)	347	-	347	188
Empréstimos e financiamentos	(m)	54	-	54	1
Salários e encargos a pagar		47	2	49	49
Benefício pós-emprego e outros benefícios		8	1	9	9
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		51	(51)	-	-
Encargos setoriais	(n)	12	9	21	(1)
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		149	(149)	-	-
Outros tributos a recolher	(o)	-	149	149	2
Contribuição de iluminação pública		45	(45)	-	-
Provisões	(p)	10	-	10	2
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	(e)	495	(356)	139	10
Outros passivos circulantes	(q)	24	18	42	6
Outros passivos circulantes sem impactos		66	-	66	-
TOTAL DO CIRCULANTE		1.308	(422)	886	208
NÃO CIRCULANTE					
Encargos setoriais	(n)	88	-	88	16
Impostos e contribuições a recolher		256	(70)	186	-
Ressarcimento a consumidores – tributos federais	(r)	136	-	136	1
Provisões	(p)	61	-	61	33
Obrigações vinculadas à concessão		1	(1)	-	-
Outros passivos não circulantes sem impactos		300	-	300	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		842	(71)	771	50
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.112	(493)	2.619	69

		01/01/2020			
	Publi- Ref.	Reclas- sificação (a)	Reclas- sificação (a)	Reapre- sentado	
ATIVO					
CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	(b)	576	(1)	575	(1)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(c)	25	(18)	7	26
Outros tributos a recuperar	(d)	-	14	14	(14)
Estoques		10	(10)	-	-
Valores a compensar da parcela A e bens destinados à venda/operação descontinuada	(e)	503	(499)	4	18
Outros ativos circulantes	(f)	98	(47)	51	(12)
Outros ativos circulantes sem impactos		349	-	349	-
TOTAL DO CIRCULANTE		1.563	(563)	1.000	17
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários		-	9	9	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(g)	-	-	-	16
Depósitos judiciais	(h)	22	-	22	(3)
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(i)	-	82	82	(1)
Outros ativos não circulantes	(j)	10	(9)	1	(1)
Outros ativos não circulantes sem impactos		496	-	496	-
Imobilizado	(k)	70	-	70	(70)
Intangível	(k)	813	(82)	731	70
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.411	-	1.411	1.422
TOTAL DO ATIVO		2.974	(563)	2.411	28

		31/12/2021			
	Publi- Ref.	Reclas- sificação (a)	Reclas- sificação (a)	Reapre- sentado	
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	(l)	196	-	196	45
Empréstimos e financiamentos	(m)	99	-	99	1
Salários e encargos a pagar		22	6	28	28
Benefício pós-emprego e outros benefícios		4	(4)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		62	(62)	-	-
Encargos setoriais		14	28	42	42
Imposto de renda e contribuição social a recolher		457	(457)	-	-
Outros tributos a recolher	(o)	-	454	454	33
Contribuição de iluminação pública		45	(45)	-	-
Provisões	(p)	9	-	9	2
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		499	(499)	-	-
Outros passivos circulantes	(q)	20	17	37	(1)
Outros passivos circulantes sem impactos		27	-	27	-
TOTAL DO CIRCULANTE		1.454	(562)	892	80
NÃO CIRCULANTE					
Encargos setoriais	(n)	70	-	70	16
Impostos e contribuições a recolher		262	(40)	222	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(g)	-	40	40	(40)
Provisões	(p)	59	-	59	33
Obrigações vinculadas à concessão		1	(1)	-	-
Outros passivos não circulantes sem impactos		556	-	556	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		948	(1)	947	9
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.974	(563)	2.411	28

(a) Reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação. (b) • Recálculo da receita não faturada -RS 35 (31/12/2020); e • Outros ajustes de contas a receber -RS 1 (01/01/2020) e -RS 2 (31/12/2020). (c) Reclassificação pelo líquido entre o imposto a recolher e a recuperar (01/01/2020 e 31/12/2020). (d) • Estorno crédito PIS/COFINS sobre serviços -RS 44 (01/01/2020) e -RS 10 (31/12/2020); • Baixa de créditos de ISS a Recuperar prescritos -RS 1 (01/01/2020); • Saldo de migração Sistema Evoluz, anterior a 2015, sem realização -RS 1 (01/01/2020); • Reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -RS 32 (01/01/2020); • Estorno da reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -RS 32 (31/12/2020); e • Outros -RS1 (31/12/2020). (e) • Sobrecontratação energia 100% (MCP 2018) -RS 18 (01/01/2020); e • Baixa saldo remanescente conta COVID (reajuste) -RS 28 (31/12/2020). (f) • Baixa de saldos sem movimentação e sem perspectiva de realização. -RS 12 (01/01/2020) e -RS 2 (31/12/2020). (g) • Efeitos tributários decorrentes dos ajustes efetuados -RS 16 (01/01/2020) e -RS 125 (31/12/2020); • Reclassificação pelo líquido entre ativo e passivo -RS 40 (01/01/2020); e • Estorno da reclassificação pelo líquido entre ativo e passivo -RS 40 (31/12/2020). (h) Baixa depósitos judiciais sem identificação de Instituição Financeira e/ou Processo judicial associada (01/01/2020). (i) Apropriação de Mão de Obra Própria - MOP em Projetos de investimentos (01/01/2020). (j) Baixa de diversos pagamentos feitos pela CEB Distribuidora, em nome da CEB Holding, sem perspectiva de realização (01/01/2020). (k) Reclassificação entre imobilizado e intangível em atendimento ao IFRIC 12 -RS 25 (31/12/2020) e -RS 70 (01/01/2020). (l) • Reconhecimento de custos e encargos de energia pela competência -RS 45 (01/01/2020) e -RS 51 (31/12/2020); • Reconhecimento do passivo oneroso MVE -RS 91 (31/12/2020); e • Outros ajustes de fornecedores -RS 1 (31/12/2020). (m) Reconhecimento de Encargos Financeiros sobre empréstimos (01/01/2020). (n) Recálculo P&D e PEE, correção da atualização financeira e ajuste Procel -RS 16 (01/01/2020). (o) • Reversão obrigação ICMS a Recolher Diferença de Alíquota (DIFAL) -RS 2 (01/01/2020); • Reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -RS 32 (01/01/2020); • Estorno reclassificação pelo líquido entre os tributos a recolher e a recuperar -RS 32 (31/12/2020); • INSS empregados - baixa de valores de exercícios anteriores a 2019 -RS 3 (01/01/2020); e • Outros ajustes -RS 1 (31/12/2020). (p) Adequação das provisões para contingências à expectativa de risco e decisões judiciais à época -RS 35 (01/01/2020). (q) • Obrigações diversas sem perspectiva de realização -RS 1 (01/01/2020); e • Reconhecimento na competência da multa devolução consumidor decorrente de penalidades regulatórias -RS 7 (31/12/2020). (r) Atualização Monetária sobre créditos a ressarcir a consumidores. (s) Imposto diferido sobre o Atuarial -RS 34 (01/01/2020) e -RS 16 (31/12/2020). (t) Utilização da reserva de lucro em virtude do prejuízo do exercício. (u) Efeito total de todos os ajustes realizados líquido de imposto -RS 95 (01/01/2020) e -RS 73 (31/12/2020). 2.6.5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020:

	31/12/2020			
	Outros	Lucros /	Total do	
	Capital Reservas	resultados	patrimônio	Total do
	Social de lucros	abrangentes	líquido	patrimônio
	abrangentes	acumulados	líquido	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (publicado)	976	39	(53)	-
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura	-	-	34	(95)
Efeito dos ajustes realizados no resultado do exercício	-	-	-	(112)
Equacionamento previdenciário - Plano BD	-	-	(16)	-
Reserva de lucro	-	(39)	-	39
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	976	-	(35)	(168)
				773
				01/01/2020
				Outros
				Lucros /
				Total do
				patrimônio
				líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (publicado)	884	92	(99)	(305)
Efeito dos ajustes realizados no resultado do exercício	-	-	-	(95)
Equacionamento previdenciário - Plano BD	-	-	34	-
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (reapresentado)	884	-	(65)	(400)

2.6.6. Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2020			
	Publi- Ref.	Reclas- sificação (a)	Reclas- sificação (a)	Reapre- sentado
Valor adicionado líquido	1.710	(252)	1.458	(219)
Receitas financeiras	158	(17)	141	-
Valor adicionado total a distribuir	1.868	(269)	1.599	(219)
Pessoal	240	(19)	221	-
Impostos e contribuições	(c)	768	147	915
Obrigações intras-setoriais		375	(375)	-
Remuneração de capitais de terceiros		127	(22)	105
Remuneração de capitais próprios	(d)	358	-	358
Valor adicionado total a distribuir	1.868	(269)	1.599	(219)

(a) Reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação. (b) • Reconhecimento passivo oneroso MVE -RS 91; • Reconhecimento na competência de multa devolução consumidor decorrente de penalidades regulatórias -RS 7; • Baixa saldo remanescente conta COVID (reajuste) -RS 28; • Reconhecimento custos e encargos de energia na competência -RS 51; • Recálculo da receita não faturada -RS 35; e • Outros ajustes -RS 7. (c) • Efeitos tributários do

imposto de renda e contribuição social decorrentes dos ajustes efetuados -RS 116; • Estorno crédito PIS e COFINS sobre serviço -RS 10; • Recálculo P&D e PEE, correção da atualização financeira e ajuste Procel -RS 1. (d) Efeito total de todos os ajustes realizados líquido de imposto.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	
	31/12/2021	(Reapresentado)
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.208	3.517
Construção de infraestrutura da concessão	306	46
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	125	71
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	361	190
Valor de reposição estimado da concessão (1)	(5)	6
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(392)	137
Outras receitas	55	46
Receita operacional bruta	5.442	4.013
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.3)	(1.644)	(1.420)
Receita operacional, líquida	3.798	2.593

(1) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR"). **Revisão Tarifária:** Em 21 de outubro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, com vigência a partir de 22 de outubro de 2021, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.965/2021. O efeito médio para os consumidores é de 11,10%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o efeito foi de 9,16%, enquanto para os da baixa tensão, de 11,85%. O diferimento da Compra de Energia de Itaipu, a reversão do saldo remanescente da conta COVID, o uso antecipado dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, bem como financeiro relativo à Bandeira Escassez Hídrica constituídas até setembro/2021, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de outubro/2021. A variação da Parcela A foi de 10,0%, cujo montante foi de R\$ 2.559, impactada principalmente pelo aumento de 4,32% nos encargos setoriais e 5,94% nos custos com compra de energia com participação de 8,09% no IRT. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 249,99/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 1,92%, perfazendo o montante de R\$ 553, reflexo da inflação acumulada (IPCA) desde o último reajuste, de 10,25% deduzida do Fator X, de -0,02%, sendo a participação no IRT de 0,37%. Os componentes financeiros apresentaram redução de 1,74% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior de 4,38%. O impacto médio final na tarifa ao consumidor foi de 11,10%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - (CREG) determinou que à ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 224, a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Bandeiras	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores
Jan	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
Fev	Amarela	Amarela	Amarela	Verde
Mar	Amarela	Amarela	Amarela	Verde
Abr	Amarela	Amarela	Amarela	Verde
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde	Verde
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	Verde
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	Verde
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	Verde
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	Verde
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	Verde
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde	Verde
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II	Verde

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

	Até junho/2021	De julho a agosto/2021	A partir de setembro /2021
	REH nº 2.628/2019	REH nº 2.888/2021	Resolução nº 3 MME
Patamares	RS/MWh	RS/MWh	RS/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	(Reapresentado)
Residencial	2.458	2.383	1.817	1.576
Comercial	1.494	1.481	1.216	1.072
Industrial	63	64	108	41
Rural	152	132	91	60
Poder público	476	474	392	350
Iluminação pública	404	415	186	138
Serviços públicos	333	340	196	175
Consumo próprio	3	1	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	43	-
Subvenção e subsídios governamentais (1)	-	-	109	80
Total	5.383	5.290	4.158	3.487

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE no exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 109 (RS 80 em 2020), sendo: (i) RS 6 (RS 4 em 2020) referentes à subvenção baixa renda; (ii) RS 41 (RS 40 em 2020) referentes à subvenção CDE; (iii) RS 32 (RS 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) RS 29 (RS 8 em 2020) de subvenção CCRBT; e (v) RS 1 (RS 28 em 2020) de ESS Covid-19.

3.2. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	31/12/2021		31/12/2020	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
CVA e neutralidade				
Energia (i)	271	(18)	214	10
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (iii)	214	(14)	48	48
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(14)	(14)	18	38
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (iii)	18	(32)	39	39
Neutralidade de encargos setoriais (iv)	10	(11)	10	(11)
PROINFA	467	106	467	106
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (v)				

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	31/12/2020 (Reapre- sentado)	01/01/2020 (Reapre- sentado)
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	169	11
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	20	34
Provisão para processos judiciais	38	12
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	36	62
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2	-
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(25)	(40)
Outros	163	(1)
Total passivo não circulante	403	116

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	16
Efeitos reconhecidos no resultado	418
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	419
Efeitos reconhecidos no resultado	(26)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	10
Saldo em 31 de dezembro de 2021	403

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, são conforme apresentados a seguir:

	31/12/2020 (Reapre- sentado)	01/01/2020 (Reapre- sentado)
2022	93	
2023	98	
2024	113	
2025	43	
2026	43	
Entre 2027 e 2031	4	
Entre 2032 e 2036	9	
Total	403	

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar

	31/12/2020 (Reapre- sentado)	01/01/2020 (Reapre- sentado)
IRPJ	51	22
CSLL	21	20
Total do ativo circulante	72	67

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020) referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada a inclusão da despesa de perda não técnica nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020). **8.1.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em aliquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos não reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Fornecimento de energia (nota 10.1)	782	(84)	584
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	33	-	46
Disponibilidade da rede elétrica	3	-	3
Subvenções e subsídios governamentais (nota 10.3)	40	-	7
Outros recebíveis	108	(5)	103
Total	966	(89)	877
Ativo circulante			842
Ativo não circulante			35

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Perdas de créditos esperadas			
Recebeível esperadas			
Residencial	298	(27)	230
Comercial	183	(33)	127
Industrial	12	(3)	10
Rural	17	(2)	10
Poder público	60	(9)	54
Iluminação pública	23	(7)	14
Serviço público	22	-	15
Não faturado	167	(3)	124
Total	782	(84)	584

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Perdas de créditos esperadas			
Recebeível esperadas			
A vencer	463	(7)	325
Saldos vencidos:	319	(77)	259
90 dias	185	(10)	146
Entre 91 e 180 dias	41	(7)	46
Entre 181 e 360 dias	29	(4)	13
Acima de 361 dias	64	(56)	54
Total	782	(84)	584

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Saldo inicial do exercício	(155)	(127)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	27	(49)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	39	21
Saldo final do exercício	(89)	(155)

10.3 Subvenções e subsídios governamentais: Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica: Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 kWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 32 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções.

10.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1), são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
8.2 Outros Tributos:			
8.2.1 Outros tributos a recuperar:			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	23	7	6
Programa de Integração Social - PIS (i)	7	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	32	-	-
Outros	1	2	-
Total	63	9	6
Circulante	10	4	-
Não circulante	53	5	6

(i) Impacto do ressarcimento à consumidores no valor de R\$ 36 e R\$ 167 (31/12/2021), R\$ 25 e R\$ 112 (31/12/2020) e R\$ 12 e R\$ 57 (01/01/2020) para PIS e COFINS, respectivamente (nota 8.3).

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	255	287	609
Programa de Integração Social - PIS	6	6	15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	35	39	77
Impostos e contribuições retidos na fonte	1	1	1
Outros	5	5	8
Total	302	338	710
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29	35	42
Programa de Eficiência Energética - PEE	43	76	71
Outros	13	12	14
Total	85	123	137
Total	387	461	847
Circulante	228	171	529
Não circulante	159	290	308

8.3 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para: (a) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (b) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia ingressou com a ação em junho de 2017, na qual teve o deferimento da liminar em setembro do mesmo ano. Sendo assim, a partir da competência seguinte, outubro de 2017 até novembro de 2018, a Companhia passou a excluir o ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e repassou o montante através do percentual efetivo para seus consumidores. A partir de dezembro de 2018 até fevereiro de 2021, a empresa registrou um passivo de PIS e COFINS na ordem de R\$ 165, sendo: R\$ 154 principal e R\$ 11 atualização, a ser devolvido ao cliente na forma a ser definida pelo órgão regulador após a ocorrência do trânsito em julgado. Após o julgamento dos Embargos de Declaração no STF, e diante da necessidade de recálculo dos valores à luz do entendimento firmado em torno do expurgo do ICMS pelo valor destacado e não mais o valor devido adotado inicialmente, a Companhia constituiu um ativo suplementar de R\$ 38, sendo: R\$ 31 principal e R\$ 7 atualização. Esse montante refere-se aos períodos de abril de 2017 a setembro do mesmo ano. Apresentamos a seguir a movimentação do ressarcimento à consumidores:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	69	65	65
Constituição			
Atualização monetária	3	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	137	137	137
Constituição			
Atualização monetária	53	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	203	203	203
Não circulante			

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caixa e depósitos bancários à vista	21	129	69
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	49	170	280
Fundos de investimento	419	-	-
Total	489	299	349

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, é de 99% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Perda de créditos esperadas			
Recebeível esperadas			
Residencial	298	(27)	230
Comercial	183	(33)	127
Industrial	12	(3)	10
Rural	17	(2)	10
Poder público	60	(9)	54
Iluminação pública	23	(7)	14
Serviço público	22	-	15
Não faturado	167	(3)	124
Total	782	(84)	584

← aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Perdas de créditos esperadas			
Recebeível esperadas			
Residencial	298	(27)	230
Comercial	183	(33)	127
Industrial	12	(3)	10
Rural	17	(2)	10
Poder público	60	(9)	54
Iluminação pública	23	(7)	14
Serviço público	22	-	15
Não faturado	167	(3)	124
Total	782	(84)	584

CVA e neutralidade

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Energia	291	-	291
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.3)	231	-	231
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	-	2
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	19	-	19
Neutralidade de encargos setoriais	-	(33)	(33)
Outros	9	-	9
Componentes financeiros e subsídios			
Repasse de sobrecontratação	6	(226)	(220)
Risco hidrológico	-	(141)	(141)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(37)	(37)
Compensação de acordos bilaterais de CCEAR	-	-	21
Passivo conta COVID	-	(2)	(2)
Crédito Consumidor Reverso para modicidade	-	(1)	(1)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	12	-	12
Outros	84	(308)	(224)
Total	654	(748)	(94)

Valores homologados pela ANEEL (em reversão)

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	307	(580)	(273)
Total	654	(748)	(94)

(1) O repasse nas tarifas dos Créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo. A Companhia constituiu até dezembro de 2021, o montante de R\$ 12 transferido para diferimento em tarifa (nota 8.3). A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direitos	Obrigações	Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	502	(582)	(80)
Constituição	720	(462)	258
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(394)	274	(120)
Atualização monetária	60	(23)	37
Antecipação conta COVID (1)	(527)	178	(349)
Transferências	(44)	44	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	317	(571)	(254)
Constituição (2)	1.403	(980)	423
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(764)	733	(31)
Atualização monetária	40	(37)	3
Transferências	(342)	107	(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	654	(748)	(94)

(1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 368 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. (2

	Principal (I)	Juros (II)	Instrumentos derivativos	Total
2022	-	63	51	114
2023	-	80	45	125
2024	-	72	42	114
2025	231	73	7	311
2026	687	62	(158)	591
Entre 2027 e 2031	300	36	-	356
Total	1.218	406	(13)	1.611

(I) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	31/12/2020	31/12/2021 (Reapresentado)
Saldo inicial do exercício	248	388
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (I)	1.000	-
Amortizações de principal	(250)	(140)
Pagamento de encargos de dívida	(8)	(24)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	29	24
Variação cambial	(4)	-
Saldo final do exercício	1.015	248

(I) No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 1.000, foram: (i) R\$ 500 junto ao Scotiabank com prazo de vencimento de 5 anos; (ii) R\$ 200 junto ao Santander com prazo de vencimento de 5 anos e (iii) R\$ 300 via emissão de debêntures com prazo de vencimento de 7 anos.

d) Linhas de crédito:

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200
			200

e) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia incluem cláusulas de *Covenants* que são apurados na controladora. Os principais *Covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices como a dívida líquida sobre o EBITDA (LADJDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Neoenergia: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **f) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não são capitalizados se reconhecidos no resultado no exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 7,1%. **15.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	31/12/2021
Contratados para proteção de dívidas:	
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(32)
Exposição líquida	(32)
Passivo circulante	(4)
Passivo não circulante	(28)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Derivativos designados para contabilidade de hedge - Fluxo de caixa	
Contratados para proteção de dívidas	(32)
	(32)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:

	31/12/2021	Total
Saldo inicial		
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(13)	(13)
Liquidação financeira entradas (saídas)	4	4
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(23)	(23)
Saldo final	(32)	(32)
Ganho (perda) reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(12)	(12)

c) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (ii)	Trabalhistas (i)	Regulatórias (iii)	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	22	43	38	103
Adições e reversões, líquidas	3	14	(3)	14
Pagamentos	(4)	(11)	-	(15)
Atualizações monetárias	1	1	2	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	22	47	37	106
Adições e reversões, líquidas	9	3	4	16
Pagamentos	(2)	(16)	(2)	(20)
Atualizações monetárias	(1)	3	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28	37	46	111
Circulante	-	-	5	5
Não circulante	-	-	106	106

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos: (i) **Provisões Trabalhistas:** Ação coletiva ajuizada por um grupo de 250 empregados em que exigem a extensão de benefícios do ACT dos quais foram excluídos por marco temporal daquele instrumento. O processo se encontra em fase de liquidação, com decisão desfavorável para a Neoenergia Brasília, com provisão de R\$ 7. Ação movida pelo Sindicato em que pleiteiam complementação do piso salarial para os engenheiros da Neoenergia Brasília. Em que pese a condenação tenha recaído para as contratações futuras, na interpretação da empresa, o Sindicato move cumprimento de sentença em que exige o pagamento de R\$ 6 aos empregados envolvidos. (ii) **Provisões Cíveis:** Eletronnorte: Ação movida em face da Neoenergia Brasília para requerer aluguéis pela parcela de imóvel vendido e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pela ASCEB. Os valores de aluguéis estão estimados em R\$ 3. ASCEB: Ação com trânsito em julgado com condenação para pagamento de indenização pelas acessões e benfeitorias do imóvel, em valor a ser definido em liquidação por arbitramento. Cumprimento de Sentença ajuizado, processo em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 8. (iii) **Provisões Regulatórias:** Ação anulatória de Auto de Infração da ANEEL referente à multa decorrente de fiscalização dos pedidos de ressarcimento de danos elétricos em 2007. A multa perfaz o valor atualizado de R\$ 20. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	31/12/2020	01/01/2020
	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Processos cíveis (i)	20	2
Processos trabalhistas (ii)	15	5
Processos fiscais (iii)	25	13
Outros processos	87	73
Total	147	93

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos: (i) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após ajuizamento para ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das corresponsáveis causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	31/12/2021	01/01/2020
	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Processos cíveis	1	5
Processos trabalhistas	6	1
Outros Processos	16	17
Total	23	23

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for

possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Caução em garantia (I)	2	1	1
Devoluções a consumidores (ii)	64	23	11
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	19	21	18
Plano assistencial	-	1	1
Outros	4	3	8
Total	89	49	39
Circulante	87	48	36
Não circulante	2	1	3

(I) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (ii) Devolução no montante de R\$ 32 (nota 10.3).

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	50	50	24
Outros Benefícios	78	73	109
Benefícios de longo prazo - Pós-emprego	9	2	16
Total	137	125	149
Passivo circulante	58	58	28
Passivo não circulante	79	67	121

(I) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulante. **18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-emprego:** A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, no formato de benefício definido e contribuição definida, assim constituídos: • Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e • Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação pós-emprego. Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADOS são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuem contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit. Em julho de 2020 o Plano BD passou por um processo de saldamento, no qual ocorreu a migração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALDADO e CEBPREV, ocasionando uma redução no passivo atuarial do plano. Após saldamento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018 e o déficit do Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de dívidas (4º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBGE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 78 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2020). A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB - Fundação de Previdência do Empregados da CEB ("Curador"), gestor externo à Administração da Companhia, responsáveis pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	31/12/2021	Condição financeira
Ativos	Assistidos	Situação
22	493	Fechado
18	228	Fechado
40	721	Deficitário

	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento
Planos de benefícios definidos			
FACEB - Faceb Saldado	22	493	Fechado
FACEB - Plano BD	18	228	Fechado
Planos de contribuição definida			
FACEB - CEBPREV	538	1.064	Aberto
	538	1.064	N/A
	578	1.785	

Total Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 5% a.a., com amortização mensal.

	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento
Planos de benefícios definidos			
Equacionamento Prev FACEB 16	1	1	Março/2036
Equacionamento Prev FACEB 17	1	1	Julho/2036
Equacionamento Prev FACEB 18	3	2	2 Novembro/2038
Equacionamento Prev FACEB 20	4	4	Julho/2038
Total	9	8	

	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento
Planos de contribuição definida			
Equacionamento CEBPREV 2020	38	35	Julho/2038
Planos de benefícios Saldado			
Equacionamento FACEB SALD 2020	32	30	Julho/2036
Total	78	73	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do (passivo) líquido	Ativo líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(2.152)	1.766	-	(386)
Custo do serviço	(6)	-	-	(6)
Efeitos dos juros	(98)	-	-	(98)
Contribuições pagas pelos participantes	(3)	3	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	(5)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	60	60	-	-
Efeitos de reduções/liquidações	2.043	(1.645)	-	398
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	81	-	81
Responsabilidade Participantes/Assistidos (i)	-	-	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(156)	150	4	(2)
Custo do serviço	(1)	-	-	(1)
Efeitos dos juros	(11)	12	-	1
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	-	-	(1)
Benefícios pagos pelo plano	20	(20)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	-	8	-	8
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(10)	-	(10)
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(141)	132	(9)	(9)
Plano deficitário	-	-	-	-

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do (passivo) líquido	Ativo líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020				
Efeitos dos juros	(6)	6	-	-
Benefícios pagos pelo plano	13	(13)	-	-
Efeitos de reduções/liquidações	(390)	400	-	10
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	(10)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(383)	393	(10)	1
Efeitos dos juros	(28)	29	-	1
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	4	-	4
Benefícios pagos pelo plano	26	(26)	-	-
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	28	(66)	-	(38)
Responsabilidade participantes/assistidos (i)	-	-	10	10
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(357)	334	(23)	(23)

Em função do contrato de dívida contabilizado no plano Saldado, no montante de R\$ 32, ser superior ao montante de R\$ 23, apurado no relatório atuarial, não houve necessidade de ajuste da contabilização. (i) Proporção das contribuições normais vertidas pelos participantes/assistidos. **b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:**

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do (passivo) líquido	Ativo líquido
Benefício definido				
	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2020 (Reapresentado)	01/01/2020 (Reapresentado)	
Custo do serviço	(1)	(6)	-	(6)
Despesa com juros de passivos	1	(98)	-	

base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: 20.1. **Saldos em aberto com partes relacionadas:**

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos	1.015	1.028	248	388		

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	10		10	20		
	10		10	20		

20.3. **Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a: (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) firmado entre as Companhias do Grupo. 20.4. **Remuneração da administração (Pessoal-chave):** As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e benefícios recorrentes	1	4
Benefícios de longo prazo	1	4
	2	4

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	CA	VJORA	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	70	-	419	299	-	349
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	966	-	777	-	-	766
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	201	-	-	-	-	22
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	161	-	135	-
Total	1.239	-	580	1.076	135	1.137
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	478	-	-	535	-	241
Empréstimos e financiamentos	1.015	-	-	248	-	388
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	295	-	-	254	-	102
Instrumentos financeiros derivativos	-	32	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	1	-	-	-	-	-
Total	1.789	32	-	1.037	-	731

CA - Custo Amortizado; VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes; VJR - Valor Justo por meio do Resultado.

21.2. **Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade). 21.3. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	419	-	419	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	9
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	161	135	135	-
	419	161	580	135	9	151
Passivos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	32	-	-	-
	32	-	32	-	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, fo-

ram nos montantes de R\$ (5) e R\$ 6, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1. 21.4. **Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	31/12/2021		31/12/2020		01/01/2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil	Saldo contábil
Empréstimos e financiamentos	1.015	1.028	248	388		

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. 21.5. **Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo Amortizado ("CA"): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 21.6. **Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa fluante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. 21.7. **Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Divida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	Queda do Dólar	5,5805	(496)	(124)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	Queda do Dólar	5,5805	503	126
Exposição Líquida					7	2
						4

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	Queda do Dólar	5,5805	(7)	2
NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	Queda do Dólar	5,5805	7	(2)
Exposição Líquida					-	(3)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	Queda do Euro	6,3210	(4)	1
NDF	Euro (€)	Alta do Euro	Queda do Euro	6,3210	4	(1)
Exposição Líquida					-	(2)
						-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	9,15%	470	42	(11)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	CDI	Alta do CDI	9,15%	(519)	(56)	(14)
Dividas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(535)	(59)	(15)
<i>Swaps</i> CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%			(29)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2023	2.099	204
2024	2.203	227
2025	2.220	229
2026	2.334	178
2027	2.591	191
Entre 2028 e 2031	11.538	815

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz Presidente	Frederico Jacob Candian Diretor Presidente
Solange Maria Pinto Ribeiro Eduardo Capelasteguy Saiz Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Edison Antônio Costa Britto Garcia Titulares	Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro
	Juliano Pansanato de Souza Diretor de Planejamento e Controle
	Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/O-1 CPF: 614.811.305-87
Luciana Maximino Maia Superintendente de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Neoenergia Distribuição Brasília S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede no Setor SMAS Parkshopping, S/N, Zona Industrial, TR 1 LT a Bloco 1, Sala 401, Torre 1, 4º, 5º e 6º pavimentos, Guará, Distrito Federal - CEP: 71219-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.522.669/0001-92, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA alusivas ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA BRASÍLIA relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021. Brasília, 16 de fevereiro de 2022. Frederico Jacob Candian **Diretor Presidente** Renato de Almeida Rocha **Diretor Financeiro** Juliano Pansanato de Souza **Diretor de Planejamento e Controle** Fabiano da Rosa Carvalho **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Distribuição Brasília S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 as demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica, que inclui também a receita referente a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, sendo reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita relacionada ao fornecimento de energia não faturada correspondente à energia elétrica entregue a não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, bem como a subjetividade de determinadas premissas utilizadas pela Companhia na mensuração da receita de fornecimento de energia não faturada. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluem, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; (c) procedimentos analíticos substantivos por meio de análises de correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) avaliação se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita de fornecimento de energia não faturada foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente exatos; (e) avaliação se as premissas significativas utilizadas no cálculo da receita de fornecimento de energia não faturada foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria identificamos um ajuste imaterial relacionado ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia não faturada, o qual não foi corrigido pela Diretoria, e uma deficiência no desenho do controle de revisão do cálculo da receita de fornecimento de energia não faturada relacionada a metodologia de cálculo não ter sido aplicada de forma consistente com a política do grupo que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Infraestrutura de distribuição de energia elétrica:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13 as demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e a norma internacional IFRS 15 "Revenue from Contracts with Customers", e quando da entrada em operação, os valores são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R\$148 milhões, R\$161 milhões e R\$880 milhões. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros, (a) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas relevantes ocorridas no exercício; (b) verificação dos índices utilizados e da acuracidade matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; (c) a avaliação dos resultados do último reajuste tarifário periódico e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia; e (d) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase: Reapresentação das informações financeiras comparativas:** Sem modificar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.6 as demonstrações financeiras que menciona que a Companhia decidiu reapresentar as informações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2020 em decorrência dos assuntos descritos na referida nota explicativa, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de

Estimativas e Retificação de Erro e na norma internacional IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors". **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da